

**PUBLIBANCA BRASIL S.A.**

CNPJ 24.120.261/0001-03  
Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 20 de maio de 2026. A Administração. Esta é a íntegra das Demonstrações Financeiras publicadas as quais se encontram disponíveis simultaneamente no site do Valor RI: <https://valor.globo.com/valor-ri/>.

**Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

Balancos Patrimoniais		2025	2024	Balancos Patrimoniais		2025	2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo Circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		16.189	37.708	Fornecedores		10.713	6.538
Contas a receber		15.732	9.481	Impostos a pagar		1.132	10.845
Créditos fiscais		3.732	8.316	Obrigações trabalhistas		15.744	1.903
Dividendos a receber		34.310	22.914	Dividendos a pagar		1.312	828
Outros ativos circulantes		1.299	929	Contas a pagar por aquisição de empresa		21.135	17.012
Total do ativo circulante		71.262	79.348	Outros passivos circulantes		4.385	3.964
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		54.421	41.090
Tributos diferidos		35.462	34.976	Passivo não circulante			
Investimentos		952.803	640.930	Contas a pagar por aquisição de empresa		20.816	6.438
Imobilizado		11.736	10.693	Outros passivos circulantes		8.926	763
Outros ativos não circulantes		20.805	8.413	Total do passivo não circulante		29.742	7.201
Total do ativo não circulante		1.020.806	695.012	Patrimônio líquido			
Total do ativo		1.092.068	774.360	Capital social		508.897	363.897
				Reserva de capital		137.275	137.275
				Reserva de lucros		361.733	224.897
				Total do patrimônio líquido		1.007.905	726.069
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.092.068	774.360

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total de reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	363.897	137.275	7.103	131.456	138.559	-	639.731
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	87.166	87.166
Constituição da reserva legal	-	-	4.358	-	4.358	(4.358)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Retenção de lucros	-	-	-	81.980	81.980	(81.980)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	363.897	137.275	11.461	213.436	224.897	-	726.069
Aumento de capital social	145.000	-	-	-	-	-	145.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	138.148	138.148
Constituição da reserva legal	-	-	6.907	-	6.907	(6.907)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.312)	(1.312)
Retenção de lucros	-	-	-	129.929	129.929	(129.929)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	508.897	137.275	18.368	343.365	361.733	-	1.007.905

**Notas explicativas sobre as demonstrações explicativas**

**1. Informações gerais:** A Publibanca Brasil S.A. ("PBSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Benedito Otoni, nº 71. O objeto social da Companhia compreende a montagem de painéis em grandes formatos e veiculação de mídia OOH (out-of-home ou "fora de casa"), através de painéis digitais e estáticos em bancas de jornal. A Companhia tem como controladora a Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo"). **2. Aprovação e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelos Administradores da Companhia em 20 de maio de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo: **2.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, incluem: testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*), provisões para ações judiciais, provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido). **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são preparadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **2.3. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance; e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Companhia satisfizes a obrigação de performance. Não há contraprestação variável, obrigações de devolução ou restituição e tampouco componente de financiamento significativo. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando ocorre a disponibilização das telas pelo período de dias firmados em contrato para a veiculação do serviço de publicidade por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e são reconhecidas com base no período de veiculação da publicidade, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável. **Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para futuras veiculações e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência e em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes. **2.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes ao período de divulgação, caso contrário são classificados como ativos e passivos não circulantes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados de acordo com as condições contratuais. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber são integradas por valores facturados a clientes correspondentes a prestação de serviços de veiculação de materiais publicitários. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas ("PECLD" ou *impairment*) com base em expectativa de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos por categoria de privados e governos que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia que revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e anualmente as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. **2.7. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamento para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que possuem vida útil indefinida (ágio, por exemplo) não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente com relação à redução de seus valores recuperáveis. Os ativos que estão sujeitos à amortização são testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida para o montante do valor contábil líquido que exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros, exceto ágio, para os quais foi reconhecida perda do valor recuperável são revisados para possível reversão da perda em cada período de divulgação. **2.9. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem rea-

lizados durante o prazo do arrendamento e os correspondentes ativos de direito de uso. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, como mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. O montante da remensuração do passivo de arrendamento é considerado como um ajuste em contrapartida ao valor do ativo de direito de uso. Os contratos de locação da Companhia são compostos substancialmente por imóveis. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a situação fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. **2.11. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira ou sujeitos à indexação:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado Financeiro". **2.12. Provisão para contingências e outros passivos:** Provisões para contingências são reconhecidas quando: a) a Companhia possui uma obrigação presente legal como resultado de eventos passados, é provável que um fluxo de recursos seja necessário para liquidar as obrigações, bem como os montantes possam ser estimados com razoabilidade. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar as obrigações, e suas atualizações são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. **2.13. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção de um contas a receber que não contenha um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e depósitos judiciais. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** A Companhia não possui ativos nessa categoria. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** A Companhia não possui ativos nessa categoria. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Ativos financeiros - desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável dos ativos financeiros apresentados pelo custo amortizado:** As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** São classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor

Demonstrações dos Resultados		2025	2024
Receita operacional líquida		71.525	58.463
Custos dos serviços prestados		(21.234)	(16.710)
Lucro bruto		50.291	41.753
(Despesas) receitas operacionais		83.972	42.176
Despesas comerciais		(2.070)	(1.447)
Despesas gerais e administrativas		(44.679)	(38.580)
Outras receitas (despesas) operacionais		(11.175)	(9.665)
Resultado de equivalência patrimonial		141.896	91.868
Resultado operacional líquido antes do resultado financeiro		134.263	83.929
Receitas financeiras		6.025	1.849
Despesas financeiras		(3.791)	(2.484)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		136.497	83.294
Imposto de renda e contribuição social		1.651	3.872
Lucro líquido do exercício		138.148	87.166

Demonstrações dos Resultados Abrangentes		2025	2024
Lucro líquido do exercício		138.148	87.166
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		138.148	87.166

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)		2025	2024
Lucro líquido antes dos tributos		136.497	83.294
Juros incorridos sobre aquisição de controladas		3.222	2.383
Provisão (reversão) para demandas judiciais		(21)	16
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas		(246)	391
Perdas efetivas em créditos		344	93
Depreciação e amortização		36.855	36.680
Equivalência patrimonial		(141.896)	(91.868)
Baixa de ativos imobilizado e intangível		-	470
Provisão participação dos empregados nos lucros		323	1.117
Encargos financeiros sobre arrendamentos		67	-
		35.145	32.576

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)		2025	2024
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(3.716)	(397)
Tributos a recuperar		4.584	(7.592)
Adiantamentos a fornecedores		(357)	-
Depósitos judiciais		121	(51)
Outros ativos		(13)	486
Fornecedores		1.542	(469)
Obrigações trabalhistas		13.518	(499)
Obrigações tributárias		(5.274)	7.149
Adiantamento de clientes		166	498
Contas a pagar por aquisição de empresa		(15.650)	-
Partes relacionadas		18.977	12.625
Outras obrigações		(8.868)	(447)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		40.175	43.789
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.969)	(8.038)
Juros pagos		-	(439)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.206	35.402
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição Brasil Outdoor, líquido de caixa adquirido		(69.304)	-
Aquisição Urbana Mídia, líquido de caixa adquirido		(105.381)	-
Pagamento de aquisição de controladas		(371)	(2.000)
Aumento de capital em controlada		(13.024)	-
Aquisição de imobilizado		(2.633)	(2.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(190.713)	(4.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento		(184)	(35)
Aumento de capital		145.000	-
Dividendos pagos		(828)	(915)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		143.988	(950)
Aumento (redução) líquido de caixa		(21.519)	30.331
Caixa no início do exercício		37.708	7.377
Caixa no final do exercício		16.189	37.708

justo por meio do resultado ou passivos financeiros a custo amortizado. A Companhia determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso de passivo financeiro ao custo amortizado, líquido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem passivos financeiros ao custo amortizado, como por exemplo empréstimos, financiamentos e debêntures. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Passivos financeiros - desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem o valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos financeiros de nível 3. **2.14. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025: Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1):** Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.15. Pronunciamentos emitidos e ainda não efetivos:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e sub-totais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **3. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$508.897 em 31 de dezembro de 2025 (R\$363.897 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 157.383.878 (12.383.878 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Diretoria		Contador	
-----------	--	----------	--